

CONCURSO PÚBLICO

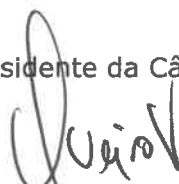
**LIMPEZA EM BERMAS DE ESTRADAS MUNICIPAIS E
ÁREAS ENVOLVENTES DE PONTOS DE ÁGUA E PARQUES**

CADERNO DE ENCARGOS

Documento composto por 14 páginas, numeradas de 1 a 14

Câmara Municipal de Boticas, 17 de abril de 2018

O Presidente da Câmara



(Fernando Queiroga)

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I **Disposições gerais**

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a limpeza em bermas das estradas municipais e áreas envolventes de pontos de águas e parques.

Cláusula 2.^a

Preço base

Pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, o Município de Boticas dispõe-se a pagar ao fornecedor um valor total até **sessenta e um mil e quinhentos euros (61.500,00€)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.^a

Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 — Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 4.ª

Duração do contrato

1 - O contrato terá uma duração de **60 dias**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 - Os trabalhos de limpeza das bermas terão de ser executados obrigatoriamente nos primeiros 30 dias do contrato, sendo os trabalhos de limpeza da envolvente de pontos de água e parques realizados nos últimos 30 dias do contrato, mediante indicações do Município sobre as datas mais convenientes para a execução em cada uma das áreas.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de executar os serviços identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de não alterar as condições da prestação de serviços;

- c) Obrigação de não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização do Município de Boticas;
- d) Obrigação de prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que serão executados os trabalhos bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- e) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- f) Obrigação de comunicar antecipadamente ao Município de Boticas os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 — O prestador de serviços deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Boticas, de que possa ter conhecimento ao abrigo da execução do contrato.
- 2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 — Excluem-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição

subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredo comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II
Obrigações do Município de Boticas

Cláusula 8.ª

Preço contratual

- 1 – Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Boticas deverá pagar ao prestador de serviços, pelos trabalhos realizados nos termos da cláusula 1.ª da parte II do caderno de encargos, o valor da proposta adjudicada.
- 2 – O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente caderno de encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 3 – O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte de máquinas ou à sinalização dos trabalhos.

Cláusula 9ª

Condições de pagamento

- 1 – As quantias devidas pelo Município de Boticas, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 – As faturas deverão ser enviadas para o Município de Boticas, com indicação do número da requisição e ser emitidas nos termos do artigo 36.º do CIVA.
- 3 – Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.
- 4 – Em caso de discordância por parte do Município de Boticas, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 5 – Desde que as faturas sejam devidamente emitidas e, observado o disposto no n.º 1, os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.
- 6 – Para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, e no caso de não ser exigida a prestação de caução, poderá o Município de Boticas, se o

considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do artigo 88.º do CCP.

Capítulo III
Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 10.ª

Penalidades contratuais

- 1 – Pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos trabalhos objeto do contrato, ou o não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, o Município de Boticas poderá exigir do prestador de serviços o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação por cada dia de atraso.
- 2 – O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e o Município de Boticas decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.
- 3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Boticas terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 4 – O Município de Boticas poderá compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 5 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstarão a que o Município de Boticas exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do prestador de serviços.

Cláusula 11.ª

Força maior

- 1 – A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao prestador de serviços.
- 2 – Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte

afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 – Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 – Não constituirão casos de força maior, designadamente:

- a) as circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) as greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) as determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) as manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo fornecedor;
- e) os incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) as avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor, não resultantes de sabotagem;
- g) os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 – A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª

Gestor do contrato

1 - Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, foi designado como gestor, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato o Eng.º Óscar Lucas, Chefe de Divisão Municipal.

2 – Em casos específicos definidos no artigo supra referido, nomeadamente, contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções que lhe sejam definidas pelo contraente público, o gestor do contrato deve elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados ao presente contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a sua execução financeira, técnica e material do contrato.

3 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que se revelem adequadas.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do Código dos Contratos Públicos, o Município de Boticas poderá resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:

- a) Atraso na conclusão dos serviços contratualizados superior a dez dias;
- b) Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos ou nos respetivos anexos, bem como na proposta adjudicada;
- c) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1 – O prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

2 – O prestador de serviços pode resolver o contrato mediante o recurso à via judicial.

Capítulo IV

Seguros

Cláusula 15.ª

Seguros

1 — Todos os seguros obrigatórios e/ou facultativos considerados indispensáveis ao bom cumprimento do contrato, serão da responsabilidade do prestador de serviços.

2 — O Município de Boticas poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços disponibilizá-la no prazo de 10 dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 16.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do

Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª

Legislação aplicável

O contrato será regulado pela legislação portuguesa, com especial incidência pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª

Caraterísticas, condições e quantidades dos trabalhos a executar

1 – O contrato a celebrar prevê a limpeza de bermas em estradas municipais e envolventes de pontos de água e parques, de acordo com as plantas de localização e as respetivas quantidades definidas no Anexo I.

2 – As condições técnicas a que deve obedecer a execução dos trabalhos encontram-se definidas no Anexo II.

ANEXO I

Áreas de limpeza em bermas de estradas municipais

FREGUESIA	ÁREA (ha)
Beça	17,86
Covas do Barroso	8,71
Dornelas	8,54
Pinho	2,81
Sapiãos	0,34
Alturas do Barroso e Cerdedo	16,64
Ardãos e Bobadela	5,62
Boticas e Granja	6,73
Codessoso, Curros e Fiães do Tâmega	16,2
Vilar e Viveiro	10,41

Áreas de limpeza em pontos de água e parques

LOCAL	ÁREA (ha)
Pontos de água	7,60
Parque Aventura	3,00
Parque BNB (meios mecânicos)	7,69
Parque BNB (meios manuais)	4,91

ANEXO II

Condições técnicas de execução dos trabalhos

A ceifa e corte de vegetação espontânea deverão ser executados nos locais definidos pelo Município, de acordo com as plantas de localização e as respectivas quantidades definidas no anexo I, sendo necessariamente consideradas e cumpridas as seguintes condições técnicas de execução:

1 – Modo de execução dos trabalhos

1.1 - Bermas

- a) A ceifa e corte, incluindo as respectivas limpezas, deverão ser executados obrigatoriamente em toda a largura disponível desde a berma, inclusive, até ao início do talude, acrescida de uma largura de 5m medida ao longo do talude. A largura de 5m é medida a partir da aresta exterior da valeta, quando esta exista, ou a partir da concordância berma/talude nos restantes casos. Nos casos em que não seja possível garantir a largura de 5m, deverá ser consultado o Município.
- b) A presente atividade envolve o corte da vegetação herbácea e ainda o corte e remoção da vegetação arbustiva sem interesse paisagístico, bem como de outras plantas, sem interesse paisagístico, que surjam espontaneamente nos locais acima definidos. Incluem-se ainda nesta atividade, a remoção de arbustos secos, árvores e ramos caídos e outros resíduos similares.
- c) Estes trabalhos devem ser feitos por meios manuais ou mecânicos, sem recurso a queimadas e/ou herbicidas.
- d) Quando se efetuarem cortes ou ceifas junto a maciços arbustivos, exemplares arbóreos ou outros elementos a preservar, estes deverão ser devidamente salvaguardados, devendo o trabalho ser finalizado por meio manual ou com motorroçadora, de forma a não afetar os elementos em causa.
- e) Deverão ser contemplados na execução dos trabalhos a limpeza de resíduos/lixos/materiais, quer sejam os resultantes do próprio trabalho quer sejam os que já existiam previamente ao mesmo, de todos os componentes e de toda a área intervencionada.

1.2 - Pontos de água

- a) A ceifa e corte, incluindo as respectivas limpezas, deverão ser executados obrigatoriamente na área envolvente a pontos de água, devidamente assinalados nas plantas de localização.
- b) A presente atividade envolve o corte da vegetação herbácea e ainda o corte e remoção da vegetação arbustiva e arbórea, que surjam espontaneamente nos locais acima definidos. Incluem-se ainda nesta atividade, a remoção de arbustos secos, árvores e ramos caídos e outros resíduos similares.
- c) Estes trabalhos devem ser feitos por meios manuais ou mecânicos, sem recurso a queimadas e/ou herbicidas.

1.3 - Parques

- a) A ceifa e corte, incluindo as respectivas limpezas, deverão ser executados obrigatoriamente na área do Parque Boticas Natureza e Biodiversidade, e na área do Parque Aventura de Carvalhelhos, de acordo com as áreas assinaladas na respetiva planta de localização.
- b) A presente atividade envolve o corte da vegetação herbácea e ainda o corte e remoção da vegetação arbustiva e arbórea, que surjam espontaneamente nos locais acima definidos. Incluem-se ainda nesta atividade, a remoção de arbustos secos, árvores e ramos caídos e outros resíduos similares.
- c) Estes trabalhos devem ser feitos por meios manuais ou mecânicos, sem recurso a queimadas e/ou herbicidas.

2 – Destino final dos resíduos

2.1 - Todos os resíduos produzidos, incluindo resíduos/lixos/materiais pré-existentes, deverão ser triados e encaminhados a destino final adequado de acordo com o previsto na legislação de resíduos e disposições ambientais em vigor.

2.2 - Sem prejuízo do referido no número anterior, deverá em todos os casos privilegiar-se a seleção do destino final conferido aos resíduos verdes oriundos desta atividade, em função da sua valorização ambiental, em termos de reciclagem, compostagem, valorização energética ou outra. Para tal, será aconselhável a trituração destes resíduos verdes in situ, com vantagens ainda ao nível da redução do volume no respetivo transporte.

2.3 - A triagem, transporte e encaminhamento dos produtos sobrantes/resíduos provenientes dos trabalhos de conservação de zonas verdes para destinos autorizados será por conta do adjudicatário e deverão ser obrigatoriamente realizados até ao 3º dia útil seguinte à realização da atividade, sendo que terão, necessariamente de ser

salvaguardadas as condições de segurança para a circulação de veículos e peões durante o tempo que decorrer entre a atividade e o encaminhamento dos materiais/resíduos.

2.4 - Sem prejuízo do referido no número anterior, relativamente às operações de gestão dos resíduos vegetais, deverá atender-se ainda às orientações técnicas e disposições legais em vigor em matéria de proteção fitossanitária.

2.5 - Em caso algum será permitida a realização de queimas na zona da estrada.

3 – Equipamentos obrigatórios

3.1 - Sem prejuízo de outros equipamentos necessários à boa execução deste tipo de trabalho, é obrigatório alocar também o seguinte:

- Aspirador manual;
- Triturador de resíduos.

3 – Método de trabalho

O método de trabalho deverá ser o seguinte:

- a) Sinalizar devidamente o troço onde decorrem os trabalhos, garantir que as viaturas de apoio ou máquinas estacionadas ou em circulação estejam devidamente sinalizadas, e ter em atenção as regras de segurança no trabalho, obrigando os trabalhadores a utilizarem o equipamento de proteção e sinalização individual adaptado a cada caso;
- b) Os trabalhos mecânicos deverão ser completados manualmente até à sua perfeita regularização;
- c) Finalizados os trabalhos, e retirados os recursos humanos e o equipamento, deverá ser retirada toda a sinalização temporária.